

Dívida do setor público agrava o cálculo dos juros atrasados

GAZETA MERCANTIL

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O governo não sabe, a rigor, a quanto monta o valor global dos juros atrasados devido aos bancos credores. Os computadores do Banco Central registram a cifra de US\$ 6,266 bilhões de juros em atraso com os bancos credores na posição de 30 de setembro, mas calcula-se que pelo menos US\$ 1,3 bilhão não tenha sido contabilizado oficialmente embora também represente atrasados de juros até aquela data.

São compromissos de setor público, avalizados pelo Tesouro Nacional, cujo pagamento em cruzeiros não foi efetuado.

Os devedores são empresas estatais, governos estaduais e municipais que não estão fechando câmbio para depositar no Banco Central o pagamento de suas obrigações externas. Também o Tesouro Nacional tem honrado o aval daqueles empréstimos. Na verdade, conforme lembrou para este jornal uma conceituada fonte do Ministério da Economia, sequer houve alocação de recursos no orçamento fiscal deste ano para que o Tesouro Nacional honrasse o pagamento de avais da dívida assumida junto a bancos credores.

Se o cálculo estiver correto — a estimativa grosseira do governo é de que os atrasados do setor público não depositados no BC até 30 de setembro varie

entre US\$ 1,5 bilhão e US\$ 1,7 bilhão —, o País acumulou até o final de setembro atrasos de juros com os bancos credores de pelo menos US\$ 7,5 bilhões, assim especificados:

- o Banco Central registra, na posição de final de setembro, um total de US\$ 4,7 bilhões de juros devidos aos bancos credores cujo pagamento é de responsabilidade da própria autoridade monetária. Isso quer dizer que o valor corresponde aos juros incidentes sobre a dívida externa renegociada em setembro de 1988, incluindo os projetos de "parallel financing" e "co-financing".

- o BC também registra, em depósito na Resolução 1.564, o valor de US\$ 1,6 bilhão de juros devidos aos bancos até 30 de setembro que a rigor não pode ser caracterizado juridicamente como de responsabilidade da autoridade monetária. São depósitos em dólares, originários de operações de fechamento de câmbio basicamente de empresas estatais, envolvendo dívida que não está abrangida por nenhum acordo externo.

- não consta dos registros do BC juros no valor entre US\$ 1,5 bilhão e US\$ 1,7 bilhão, equivalente a dívida do setor público não paga em cruzeiros junto ao Banco Central.

- também ficaram de fora dos registros do BC os juros devidos pelo setor privado e que têm sido objeto de pagamentos dire-

tos, pela via do mercado informal, ao credor externo. O governo não tem interesse em conhecer esse valor, mesmo porque envolve pagamentos já efetuados em cruzeiros no próprio mercado.

Até o final do ano, a estimativa do governo é que os atrasados com os bancos credores, envolvendo só os juros, alcancem algo em torno de US\$ 8,9 bilhões (somam-se, aqui, a previsão dos depósitos no BC mais os juros com o aval do Tesouro Nacional, cujo pagamento não será honrado até dezembro).

Há, aqui, uma dúvida ainda não bem explicada pelo governo. Qual o valor de juros atrasados a ser considerado no caso de se optar por um pagamento, ainda neste ano, de uma parcela dos juros atrasados?

Técnicos do governo, consultados por este jornal, imaginam que aquela pergunta não tem a menor importância porque no caso de decisão pelo pagamento será, primeiro, definido o valor possível de desconto das reservas internacionais do país. A partir daí, é que se calcularia quanto aquele valor corresponde em termos percentuais dos juros em atraso.

Uma fonte conceituada informou que a proposta dos bancos credores sugere pagamento de um terço dos atrasados na posição acumulada em 31 de dezem-

bro. Isto equivaleria a cerca de US\$ 2,963 bilhões do total de US\$ 8,9 bilhões.

Caso se considerem apenas os juros atrasados em depósito na autoridade monetária até o final de dezembro — descontados, portanto, os juros não pagos em cruzeiros junto ao BC — a fatia de um terço corresponderia a US\$ 2,4 bilhões (de um total estimado em torno de US\$ 7,2 bilhões).

A falta de conhecimento sobre a quanto montam os juros em atraso de dívida com aval da União e cujo pagamento não foi efetuado em cruzeiros é atribuída, por uma fonte conceituada do Tesouro Nacional, à inexistência de um cadastro que possa dar ao governo federal a ideia exata de todos os pagamentos externos sujeitos ao seu aval. Por outro lado, segundo lembrou técnico do Ministério da Economia, os bancos credores não têm costume de acionar a garantia pelo não recebimento dos pagamentos (aquilo que deveria estar depositado no BC e que, a rigor, não está).

"Hoje, a única maneira de saber o valor dos juros em atraso, não depositados no BC, é se o credor exigir um comprovante de que ocorreu a operação de fechamento de câmbio da dívida que deveria estar depositada em seu nome, no Banco Central", explicou um técnico especializado.